

# ENTRE O ESTADO E O INTERESSE PRIVADO

Diogo Comitre  
Lucas Jorge de Freitas

Resumo: O presente trabalho visa analisar e contextualizar os dados encontrados nos Anuais da São Paulo Light & Power Company Ltd de 1950, 1951 e 1952. Com base nestes, procurou-se entender o momento vivido pelo setor de energia antes da industrialização empreendida na segunda metade dos anos 1950 em sua problemática, conflitos, interesses políticos e como estes influenciaram o setor elétrico.

Palavras Chaves: setor de energia, Light, planejamento, investimento, política

## Introdução

A história do grupo Light no Brasil começa nos últimos anos do século XIX. Em 15 de junho de 1897, o capitão da Marinha italiana e homem de negócios Francesco Antonio Gualco, residente no Canadá, e o comendador Antonio Augusto de Souza obtiveram da Câmara Municipal de São Paulo a concessão do serviço de transporte urbano e cargas em bondes elétricos, por um prazo de 40 anos.<sup>1</sup> Nesse mesmo ano, o renomado engenheiro e capitalista Frederick Pearson visitou a capital paulista e, certo de que o processo de expansão urbana por que passava a cidade exigiria a instalação de bondes por tração elétrica, voltou aos EUA em busca de financiamento para o projeto, estabelecendo os primeiros contatos com Gualco.

Orientados pelo engenheiro Pearson, Souza e Gualco receberam em dezembro de 1898 a autorização da Câmara Municipal de São Paulo para ampliar a concessão original, permitindo a instalação de novas linhas de bondes. Além disso, obtiveram uma segunda concessão por meio da qual poderiam também atuar no campo da geração e da distribuição de energia elétrica. Em sete de abril de 1899 foi então constituída a São Paulo Railway, Light and Power Company Limited, em Toronto, Canadá, por iniciativa de um grupo de canadenses. O capital inicial da companhia era de seis milhões de dólares.

O objetivo dessa empresa passava pela produção, utilização e venda de eletricidade gerada por qualquer tipo de força (vapor, gás, pneumática, mecânica e hidráulica), abrangendo igualmente o estabelecimento de linhas férreas, telegráficas e telefônicas. Ela pretendia ainda adquirir bens móveis e imóveis que incluíam terras, lagos, açudes, rios, quedas e correntes d'água necessários às suas atividades. Em julho de 1899, um decreto do presidente da República Campos Sales autorizava a São Paulo Light and Power a funcionar no Brasil. Em setembro, Gualco e o comendador Souza transferiram suas concessões para o grupo canadense. Em dezembro, a razão social da companhia sofreu uma alteração: a palavra "Railway" foi substituída por "Tramway" devido à presença em São Paulo, desde 1867, da São Paulo Railway Co. Ltd., empresa de origem inglesa que operava a ferrovia Santos-Jundiaí. A Light desistia, assim, de atuar no setor de estrada de ferro, restringindo-se ao transporte urbano.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Panorama do setor de energia elétrica no Brasil/ Centro da Memória da Eletricidade no Brasil; textos de Ligia Maria Martins Cabral, Paulo Brandi de Barros Cachapuz, Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; coordenação de Renato Feliciano Dias. – Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

<sup>2</sup> Idem ibidem.

A preferência da companhia canadense pela cidade de São Paulo não foi fortuita. Na passagem do século, a capital paulista concentrava, em seu espaço, os principais resultados da expansão do complexo exportador cafeeiro: grande crescimento populacional, acentuando a diversificação das atividades comerciais; fortalecimento dos estabelecimentos bancários; e o aumento acelerado do número de fábricas. Reunindo esse conjunto de elementos favoráveis, São Paulo oferecia oportunidades de investimento extremamente interessantes às duas principais atividades da Light: o transporte coletivo acionado à tração elétrica e a geração e distribuição de energia elétrica.

Na verdade, São Paulo dispunha desses serviços antes mesmo da chegada da Light. Eles eram oferecidos por companhias controladas pelo capital nacional, porém a Light além de possuir concessões que lhe conferiam o direito de disputar o mercado contava com recursos técnicos e financeiros de tal monta que lhe permitiram eliminar ou absorver os concorrentes.<sup>3</sup>

Por muito tempo, a visão de periferia incorporada pela aristocracia brasileira – especialmente a paulista – prendeu nossa economia ao mote agrário, subdesenvolvido e totalmente dependente dos capitais e interesses estrangeiros. A centralização de poder comandada por Vargas foi de encontro a esta dependência: já em seu primeiro período de governo, o presidente gerou um conjunto de agências planejadoras como o Departamento Administrativo do Serviço Público, Conselho Federal do Comércio Exterior, Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia e tantas outras.

Essas instituições voltadas para a solução de problemas de âmbito nacional constituíam-se, por força das atribuições, em centros preocupados com o problema do desenvolvimento industrial brasileiro. Isto foi de suma importância num período em que esta indústria tenta seus primeiros passos efetivos e esbarra em um grave problema estrutural. Esse problema era causado tanto pela indecisão estatal em investir efetivamente em obras estruturais e imprescindíveis ao setor elétrico quanto pelo monopólio do setor, que estava na mão de duas empresas estrangeiras muito mais interessadas na alta lucratividade do que no investimento para suportar a enorme alta na demanda pós-1940. Prova disso é que até o início dos anos 1950 essas duas grandes empresas de exploração de energia elétrica no Brasil – a Light e o grupo Amforp – dominavam dois terços do suprimento de energia elétrica do país. Estas empresas aliadas às elites locais mantiveram um forte lobby que as permitiu

---

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

sustentar elevadas taxas e serviços muito aquém do esperado ou necessário para a sadia ampliação do parque industrial brasileiro, principalmente o paulista.

Neste contexto – em que de um lado temos a indecisão política e de outro os interesses das companhias estrangeiras – encaixa-se esta pesquisa, que tem como pretensão analisar e contextualizar os dados encontrados nos anuários da São Paulo Light & Power Company Ltd de 1950, 1951 e 1952. Partindo das informações encontradas buscamos fundamentar através da bibliografia consultada o que ali havia, na tentativa de elucidar significados. Para tanto, o trabalho foi dividido em: análise do contexto político e teórico que influenciava o setor de energia da época, com atenção a diversas correntes e teses vindas tanto do setor privado como estatal; e análise da Light e do contexto paulista propriamente dito, visando o setor elétrico e os dados obtidos nos relatórios.

## **A indecisão na política**

Desde a emancipação em relação a Portugal, o Brasil oscila em sua política externa e interna ora colocando-se de forma servil aos interesses das potências externas, ora tentando se contrapor a eles e desenvolver uma política própria que permita o seu desenvolvimento. Para estudar e desenvolver propostas de diversas áreas foram criados inúmeros órgãos, dentre eles o Cepal. Ele não foi simplesmente um formulador de propostas protecionistas oriundas das teses sobre deterioração nos termos de intercâmbio, como é comum se pensar fora da América Latina; ao contrário, elaborou um amplo e original sistema analítico que constituiu poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino-americanas. “Centro-periferia” é o conceito fundamental, segundo qual a divisão internacional do trabalho provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões, fazendo com que ambas se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento.

A tese parte da idéia de que o progresso técnico se deu de forma desigual nos dois pólos: foi mais rápido no centro, em seus setores industriais e, ainda mais importante, elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores das economias centrais, provendo um nível técnico mais ou menos homogêneo em toda a extensão dos seus sistemas produtivos; já na periferia, que teve a função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço, o progresso técnico só foi introduzido nos

setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de alta produtividade em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo.

Com base nesse diagnóstico, a Cepal elaborou a tese de deterioração dos termos de troca, construída como uma contestação ao princípio ricardiano que diz ser a distribuição física desigual das técnicas modernas compensada através da transferência de ganhos de maior produtividade por meio de preços menores – via mecanismos de mercado –, desde que prevaleça a concorrência perfeita. Dessa maneira torna-se irrelevante, segundo Ricardo Bielschowsky,

saber onde ocorre o progresso técnico, já que os bens produzidos com as novas técnicas podem ser adquiridos no mercado internacional, com todas as vantagens introduzidas pelos aumentos de produtividade. A tese da deterioração dos termos de troca reverte o argumento, com a idéia de que não apenas a transferência de ganhos não ocorre, como, na verdade, o que se passa é o oposto: são as regiões atrasadas que transferem os seus ganhos de produtividade para as desenvolvidas.<sup>4</sup>

A segunda idéia fundamental da teoria cepalina é de que teria ocorrido uma mudança de direção do crescimento periférico a partir da 1ª Guerra Mundial, num processo que ganharia impulso decisivo na depressão dos anos 1930. Até então, o crescimento havia sido “para fora”, dentro do padrão “primário-exportador”. As transformações na economia mundial – maior protecionismo no centro, menor elasticidade-renda da demanda por produtos primários, menor coeficiente de importação no novo centro cíclico, os Estados Unidos, e assim por diante – teriam sido responsáveis por um processo espontâneo de industrialização, dinamizado por problemas de desequilíbrio no balanço de pagamentos. A deterioração nos termos de troca vem a ser apenas um elemento extra que se adiciona aos problemas desse desequilíbrio. O novo padrão de desenvolvimento “para dentro” teria um significado histórico especial, não apenas para a periferia, mas para todo o mundo: tratar-se-ia de uma nova era na difusão do progresso técnico.

O contraste entre economias atrasadas e avançadas é usado principalmente para lembrar que, no processo clássico de industrialização, os padrões de demanda se desenvolveram *pari passu* com as descobertas tecnológicas e com a expansão da riqueza, de tal maneira que a estrutura produtiva era capaz de acomodar e mesmo antecipar as mudanças na estrutura de consumo da sociedade; e que, mais ainda, os vários setores produtivos expandiram-se mais ou menos simultaneamente, de modo que

---

<sup>4</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo - *Pensamento econômico brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004. ed 5.p.16.

nenhuma descontinuidade importante era gerada na estrutura produtiva da economia. O padrão de consumo em países subdesenvolvidos, ao contrário, seria em boa medida independente do sistema produtivo, já que os bens modernos são importados através dos rendimentos gerados na atividade exportadora. O colapso do modelo de crescimento “para fora” teria demonstrado a incapacidade da estrutura produtiva dos países atrasados no sentido de satisfazer os modernos padrões de demanda, revelando sua dificuldade em acomodar um processo acelerado de transformação.<sup>5</sup>

A nova fase inicia-se com grandes dificuldades porque herda uma base econômica especializada em poucas atividades de exportação, com baixo grau de diversificação e complementaridade inter-setorial e integração vertical extremamente reduzidas. Tais deficiências não podem ser satisfatoriamente compensadas através de importações, já que as exportações são amplamente insuficientes para satisfazer a capacidade de importar requerida nessas circunstâncias. A continuidade do “novo estágio de difusão do progresso técnico” estaria fortemente ameaçada pelo conjunto de problemas que são característicos das economias periféricas. Como resultado dos dois traços distintivos das estruturas produtivas dessas economias, ou seja, especialização e heterogeneidade tecnológica, o processo em curso estaria provocando quatro tendências que desempenham um papel básico no contexto dinâmico: tendências ao desemprego, à deterioração nos termos de intercâmbio, ao desequilíbrio externo e à inflação.

O desemprego já existente de forma disfarçada ou aberta nos primeiros estágios do novo processo – como resultado da incapacidade das atividades de exportação no sentido de absorver o excedente de mão-de-obra – é um aspecto que simboliza a heterogeneidade estrutural daqueles sistemas econômicos e que tende a persistir ao longo de todo o processo de industrialização.

Primeiro há o problema de insuficiência de poupança e acumulação de capital, que reduz a capacidade de absorção do excedente de mão-de-obra agravado pelas elevadas taxas de crescimento demográfico. Segundo, a periferia tende a empregar as técnicas capital-intensivas disponíveis no centro geradas para elevar a produtividade do trabalho através do aumento na intensidade de capital por trabalhador. O progresso técnico no centro é um fenômeno que não pode ser dissociado das condições de oferta de trabalho, nem da disponibilidade de capital. Na periferia, ao contrário, ele é independente de ambos e o fato de que o capital é escasso e o trabalho é abundante não desempenha qualquer papel importante na escolha de técnicas por empresários. Daí resulta que a melhor seleção de técnicas do ponto de vista macroeconômico e social raramente é a que ocorre,

---

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

desperdiçando-se trabalho e persistindo o desemprego. O terceiro fator que contribui para a tendência ao desemprego também surge da comparação entre as características de processo técnico no centro e na periferia. No centro, o progresso técnico tende a criar desemprego, mas ao mesmo tempo reabsorve os trabalhadores que desloca através do aumento dos investimentos que elevam o emprego nos setores de bens de capital. Na periferia, entretanto, a inexistência desses setores implica o fato de que a demanda por bens de capital inerente ao processo de modernização não opera como absorvedora de mão-de-obra.

A deterioração nos termos de troca é, segundo a Cepal, outra das tendências que dificultam o processo de industrialização. Por muito tempo as economias periféricas têm que continuar a depender de exportações de bens primários. Como existe grande excedente de mão-de-obra disponível para tais atividades e é muito lenta a expansão da demanda internacional de bens primários, a pressão baixista sobre salários e preços na periferia tende a persistir, mantendo, conseqüentemente, a tendência à deterioração nos termos de troca e ampliando o desequilíbrio externo. Esta tendência resulta das exigências de importação de economias em industrialização que se especializaram em poucas atividades exportadoras, enfrentando a falta de elasticidade de demanda por suas exportações. Por serem pouco diversificadas, as economias periféricas dependem grandemente de importações de bens de capital e intermediários que não estão disponíveis internamente. Os “efeitos de demonstração” ampliam a pressão por importações e o resultado é a elevação da elasticidade-renda da demanda global por importações. Por outro lado, a demanda internacional por bens primários cresce de maneira excessivamente lenta e isto resulta numa constante falta de capacidade para importar.

A idéia de substituição de importações como processo dinâmico somente chegou a ser cuidadosamente formulada algum tempo depois por Tavares (1964)<sup>6</sup>, embora sua versão estivesse profundamente baseada nas idéias expressas nos textos da Cepal desde o início dos anos 1950. A formulação de Tavares reúne, num modelo dinâmico, três idéias básicas dos primeiros textos da Cepal: a tendência ao desequilíbrio externo é inerente à industrialização periférica; a industrialização na América Latina consiste na substituição de importação gerada por déficits externos; e o processo promove uma mudança na composição das importações, mas não reduz seu volume. No texto que figura como documento de transição do estágio de formulações analíticas básicas (1949-1951) para o estágio de propostas de política (1951 em diante), a Cepal defende a

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*.

urgência de programas de desenvolvimento, centrando sua argumentação na necessidade de evitar desequilíbrios externos e estabelecer um equilíbrio razoável na expansão das várias atividades básicas.

A Cepal não formulou uma teoria de investimento ou de acumulação de capital, mas, ao combinar sua tese sobre as transformações históricas do sistema centro-periferia com a análise das estruturas produtivas periféricas foi capaz de promover um instrumental analítico engenhoso, através do qual uma série de importantes tendências típicas do crescimento em países subdesenvolvidos – tais como déficits externos, deterioração nos termos de troca, desemprego e inflação – podia ser prevista e estudada de maneira particularmente acurada.

O desenvolvimentismo é o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral por meio de planejamento e decidido apoio estatal. No setor privado encontrava-se uma corrente de economistas que assumiam uma posição antiliberal e desenvolvimentista. Eram favoráveis ao apoio estatal à acumulação privada e tinham posições variadas sobre o grau de participação estatal que convinha ao processo. No que dizia respeito à participação do capital estrangeiro, também não é possível distinguir-se uma posição única e homogênea neste grupo.

Já no setor público, havia uma corrente que, por falta de termo melhor, denominamos de “não nacionalista”. Os economistas desse grupo eram favoráveis ao apoio estatal à industrialização, mas apresentavam marcada preferência por soluções privadas nos casos de disputas de inversões estatais. Tinham ainda, em contraste com os desenvolvimentistas “nacionalistas” e em aproximação com os neoliberais, inclinação por políticas de estabilização monetária, porém tomavam o cuidado de insistir na idéia de não prejudicar os investimentos fundamentais por conta dessas políticas.

Também no setor público encontrava-se uma linha de pensamento desenvolvimentista “nacionalista”. Os economistas dessa linha defendiam inversões estatais em setores considerados estratégicos para a continuidade do processo de industrialização, ou seja, mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas. O termo “nacionalista” é adequado, pois a proposta alternativa à estatal era de investimentos estrangeiros, dada a frágil estrutura do capital nacional. Os desenvolvimentistas nacionalistas, de modo geral, também se opunham a políticas de estabilização por receio da recessão.



Os desenvolvimentistas, em geral, consideravam imprescindível uma resoluta política de industrialização. Gudin<sup>7</sup> discordava dessa estratégia: para ele, o principal instrumento de desenvolvimento é a livre movimentação das forças de mercado. Salientava que de forma a garantir sua operação eficiente era necessário preservar o equilíbrio monetário e cambial e evitar a intervenção governamental no mecanismo de preços. Admitia uma industrialização lenta e progressiva que absorvesse a mão-de-obra que viesse a se tornar excedente em função do progresso técnico na agricultura, mas suas concessões teóricas não tiveram ocasião de transformar-se em qualquer atitude prática de apoio à industrialização.

A questão da presença do Estado na administração direta de atividades econômicas básicas – como transporte, energia elétrica, petróleo e siderurgia – foi quase tão central no debate sobre o desenvolvimento brasileiro quanto a própria industrialização. Para os nacionalistas, isso era uma espécie de símbolo da industrialização que, segundo pensavam, seria inviável se deixada ao encargo da “débil iniciativa privada nacional” ou dos “interesses instáveis” e “pouco construtivos” dos capitais estrangeiros. Para os liberais e para Gudin, ela significava uma ameaça ao capitalismo e o sinal de uma tendência ao socialismo que se fazia, ainda por cima, à custa de grave ineficiência no presente. Significava, assim, crescente ameaça à democracia brasileira.

O autor atacou quase todos os grandes empreendimentos estatais. Seu alvo principal era, porém, as empresas de transporte e o projeto de criação da *holding* estatal do setor de energia elétrica, a Eletrobrás. Foi ele mesmo, durante muito tempo, diretor de grandes empresas estrangeiras desses dois setores e queixava-se amargamente de que o capital privado tinha sido afugentado dos mesmos por uma injusta e ineficiente política de semi-congelamento das tarifas.

Já Campos<sup>8</sup> preparava, naquele início dos anos 1950, o percurso profissional que o transformaria no principal executivo do desenvolvimento econômico brasileiro – foi, no BNDE, o autor e principal administrador do Plano de Metas -, armando-se de uma firme argumentação em favor do planejamento. Não pensava, como Gudin, que a administração pública fosse necessariamente ineficiente. Propunha que se deveria procurar contornar a arcaica máquina administrativa brasileira, incapaz de executar as tarefas do desenvolvimento, através da formação de equipes de planejamento e administração voltadas para a formulação e execução de uma política de investimentos

---

<sup>7</sup> GUDIN, E. – *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

<sup>8</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo - *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004. ed 5. e CAMPOS, R. Lord Keynes e Keynes e a teoria de transferência de capitais. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, jun. 1950.

básicos. As transformações econômicas que se seguiram, no Brasil, à crise dos anos 1930 introduziram uma violenta mudança no quadro de instituições nacionais. A centralização de poder comandada por Vargas gerou um conjunto de agências planejadoras, como o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho Nacional de Águas e Energia e tantas outras. Nessas instituições voltadas para a solução de problemas de âmbito nacional constituíam-se, por força das atribuições, equipes de técnicos civis e militares preocupados com o problema do desenvolvimento industrial brasileiro.

Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam, como os demais desenvolvimentistas, a constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Tinham, como principal traço distintivo, uma decidida inclinação por ampliar a intervenção do Estado na economia através de políticas de apoio à industrialização, integradas na medida do possível em um sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos. Tratava-se de um conjunto de técnicos de órgãos do governo que pautava seu exercício profissional pela ideologia da industrialização planejada como solução histórica para o atraso da economia e da sociedade brasileiras. Consideravam que a acumulação de capital nos setores estratégicos não podia aguardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro, necessitando de controle e comando interno de agentes capitalistas nacionais do Estado, já que era consensual que a debilidade do empresariado nacional inviabilizava soluções privadas. Eram céticos quanto às possibilidades de contribuição do capital estrangeiro na fundação dos alicerces da estrutura industrial a ser formada. Particularmente no que dizia respeito aos setores historicamente dominados pelo grande capital estrangeiro – como transporte e energia elétrica – ou por ele cobijados – como petróleo e mineração em geral – a ideologia da industrialização ganhava conotação fortemente nacionalista e estatizante.

A lentidão da expansão dos serviços de energia e transportes – que os liberais atribuíam ao congelamento de tarifas e os nacionalistas avaliavam como prova da necessidade de intervenção e planejamento estatal – adicionava argumentos à concepção de que uma estratégia de inversões estatais nesses setores tornava-se condição indispensável do processo de industrialização.

Em resumo, a preocupação dos desenvolvimentistas nacionalistas era garantir o processo de industrialização. Dessa maneira, tanto podiam entusiasmar-se com inversões estatais em setores que consideravam estratégicos, quanto com inversões estrangeiras em setores cuja implantação poderia seguir, em sua opinião, o curso privado sem prejuízo

do processo como um todo. O desenvolvimentismo nacionalista originou-se, conforme observamos, no período 1930-1945 e sobreviveu ao liberalismo do governo Dutra nos anos do imediato pós-guerra, através de alguns núcleos de resistência desenvolvimentista que contra-arrestaram o esvaziamento e a extinção das agências criadas por Vargas.

Segundo Ricardo Bielschowsky, “Celso Furtado foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista do Brasil. Co-autor das teses estruturalistas, aplicou-as ao caso brasileiro e divulgou-as no país com grande competência, dando consistência analítica e garantindo unidade mínima ao pensamento econômico de parcela significativa dos técnicos governamentais engajados no projeto de industrialização brasileira. Tornou-se, indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 50”<sup>9</sup>. Sua obra contém, de forma elaborada, as três características que, no seu conjunto, singularizam o conteúdo político do pensamento econômico dessa corrente relativamente às outras correntes desenvolvimentistas.

Em primeiro lugar, contém uma defesa da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento através de investimentos em setores estratégicos e, sobretudo, do planejamento econômico. Furtado, assim como os demais economistas de sua linha de pensamento, não dispensava a contribuição do capital estrangeiro desde que limitada a setores não estratégicos e submetida a controles. Sua conceituação da questão tem origem na idéia de que só através da coordenação estatal seria possível internalizar os centros de decisão sobre os destinos da economia brasileira e romper com as relações de submissão ao comando tradicional dos países desenvolvidos, ou seja, só através de decidida ação estatal seria possível a emancipação econômica nacional.

Em segundo lugar, a obra de Furtado contém a defesa estruturalista da submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento, base da argumentação nacionalista, em oposição aos programas de estabilização preconizados pelo FMI. Finalmente, sua obra revela um compromisso com reformas de cunho social: a preocupação com essas reformas ganha espaço crescente em seus textos, iniciando-se pela defesa da tributação progressiva, passando ao projeto de desconcentração regional da renda (Sudene) e atingindo o apoio à reforma agrária.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo - *Pensamento econômico brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004. ed 5.p.132.

<sup>10</sup> FURTADO, Celso. – *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

## O setor de energia e a Light

Se no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) o papel destinado ao Estado foi, fundamentalmente, o de regulador das atividades econômicas, no segundo governo Vargas (1951-1954) ampliaram-se as perspectivas intervencionistas do Estado na economia, acompanhadas de um discurso nacionalista. O debate sobre a questão energética se inseriu nesse quadro mais amplo de divergências sobre o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

No caso específico da energia elétrica o debate foi marcado, grosso modo, por duas posições divergentes. A primeira estava interessada em preservar a energia elétrica como campo de atividade das empresas privadas, daí a denominação “privatista” comumente utilizada para designar seus representantes. Embora não formassem um bloco homogêneo, os privatistas se notabilizaram pelas críticas ao princípio do custo histórico, consagrado no Código de Águas, e à rigidez do mecanismo tarifário, responsáveis, em sua opinião, pela estagnação dos investimentos das concessionárias estrangeiras, isto é, os grupos Light e Amforp, que praticamente monopolizavam o setor. Nessas circunstâncias, os privatistas propunham a adoção de tarifas “realistas” e a revisão do Código de Águas e de sua legislação complementar, além de argumentarem que a inflação registrada naqueles anos e a política cambial vigente desestimulavam ainda mais os investidores.<sup>11</sup>

A segunda posição, inspirada num forte nacionalismo, fazia uma avaliação bem diferente da situação. Apoiando a manutenção do Código de Águas, os nacionalistas atribuíam às empresas estrangeiras a responsabilidade pela não expansão das fontes geradoras e condenavam o próprio sistema de concessões. Propunham uma intervenção firme do Estado no setor mediante a construção de grandes usinas hidrelétricas e até mesmo a encampação das concessionárias estrangeiras. O alvo principal dos ataques dessa corrente era a Light, acusada de desfrutar de privilégios monopolistas e de não levar em consideração as necessidades dos consumidores, prestando serviços de baixa qualidade.

---

<sup>11</sup> Os dados referentes à história da Light, neste capítulo, foram principalmente baseados apontamentos encontrados em Panorama do setor de energia elétrica no Brasil/ Centro da Memória da Eletricidade no Brasil; textos de Lígia Maria Martins Cabral, Paulo Brandi de Barros Cachapuz, Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; coordenação de Renato Feliciano Dias. – Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

Para contornar futuros problemas de escassez com a aproximação da 2ª Guerra Mundial, no Estado Novo foi criado o CNAEE (Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica), em decreto de 10 de maio de 1939. Este novo órgão dispunha de maior raio de ação que a Divisão de Águas (órgão que atuava até então), uma vez que estava diretamente vinculado à Presidência da República, tendo atribuições mais amplas que seus predecessores. A coordenação e desenvolvimento de todas as políticas de energia elétrica do Governo Federal passaram a ser atribuição do CNAEE, desde questões tributárias até planos de interligação de usinas. A partir de cinco de junho de 1940, o Estado incorporou também o setor termelétrico (que tinha ficado fora do Código de Águas de 1934) e, a partir desse momento, todas as atividades do setor elétrico desde a geração até a distribuição (qualquer que fosse a fonte de energia primária) passariam ao controle e fiscalização do governo Federal.<sup>12</sup>

Vale considerar que, até meados da década de 1940, a expansão da produção industrial brasileira foi garantida pela intensa utilização de equipamentos e instalações já existentes e não pela ampliação do parque de máquinas. Não sendo registrado um aumento significativo na demanda de energia elétrica, a oferta continuou superior ao consumo, sobretudo nas áreas mais desenvolvidas do país.

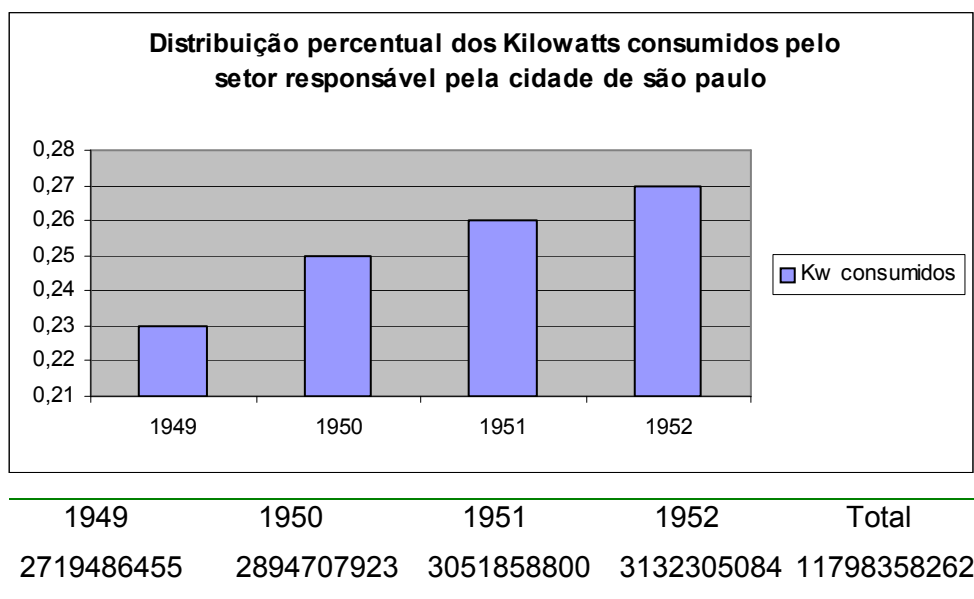
A 2ª Guerra Mundial acarretou profundas modificações no perfil do setor de energia elétrica no Brasil. Durante o conflito, a ampliação do sistema energético foi extremamente prejudicada: devido à impossibilidade de compra, no exterior, dos equipamentos elétricos necessários à instalação de novas usinas, foram virtualmente interrompidas as obras de aproveitamento hidráulico e as interconexões entre as áreas de concessão. Esses trabalhos eram imprescindíveis para integrar os sistemas elétricos e, ao mesmo tempo, colocar à disposição do país maior oferta de energia elétrica, condições essenciais à rápida industrialização que se verificaria no pós-guerra. Para corrigir este quadro, em 1943 foi criado o Plano Nacional de Eletrificação, projeto que visava integrar as programações das diversas concessionárias e órgãos atuantes na área, ficando estabelecida uma hierarquia de prioridades a serem atendidas. O papel do Estado passa a ser de coordenador das atividades das empresas privadas e impulsor dos investimentos no setor a partir da maciça intervenção e investimento estatais dos órgãos federais.

Um dos traços fundamentais da indústria brasileira no período 1945-1962 é a gradual perda de importância do setor tradicional, constituído pela produção de bens de

---

<sup>12</sup> Correa, M.L. *O Setor da energia elétrica e a constituição do estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. 1934-1954*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2003. p. 167.

consumo não duráveis, e a formação e/ou rápido crescimento paralelo dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital e insumos básicos. Esses novos setores apresentavam um coeficiente de demanda por energia elétrica bem superior ao do setor tradicional, provocando brusca e acentuada elevação do consumo. O incremento dessa demanda também foi estimulado pelo acelerado processo de urbanização associado à industrialização e pela ampla difusão de bens duráveis, sobretudo eletrodomésticos, que necessitavam de eletricidade para funcionar. Essa conjugação de fatores determinou que, no pós-guerra, o balanço energético até então superavitário passasse a apresentar um déficit cada vez maior em relação ao consumo. Instaurou-se no Brasil uma crise energética de grandes proporções, acarretando a adoção da política recorrente de racionamento que trouxe sérios problemas não só para o conjunto da economia, mas também para os consumidores individuais. Essas dificuldades sentidas com particular gravidade no Sudeste estenderam-se, com intensidade variável, por toda a década de 1950, prolongando-se até os primeiros anos da década seguinte. Segundo o gráfico de consumo de kilowatts abaixo, os anuários de 1950 a 1952 demonstram aceleração no aumento do consumo, motivado principalmente pelas novas indústrias instaladas na cidade de São Paulo.



A análise do perfil do consumidor nos três anos estudados mostra um seguido aumento da participação porcentual dos consumidores de alta tensão e dos kWh utilizados por estes, simultaneamente apresentando a diminuição da participação e kWh

utilizados pelos consumidores de baixa tensão.<sup>13</sup> Tendo isto claro, nos é permitido raciocinar que, como ambas as faixas de consumidores estavam em expansão até esta época, houve ou um grande aumento da atividade industrial do estado neste momento, ou por algum motivo ocorreu o refreamento do consumo e crescimento dos clientes residenciais que representavam os consumidores de baixa tensão nesta estatística. A segunda hipótese é a que melhor se impõe a este momento.

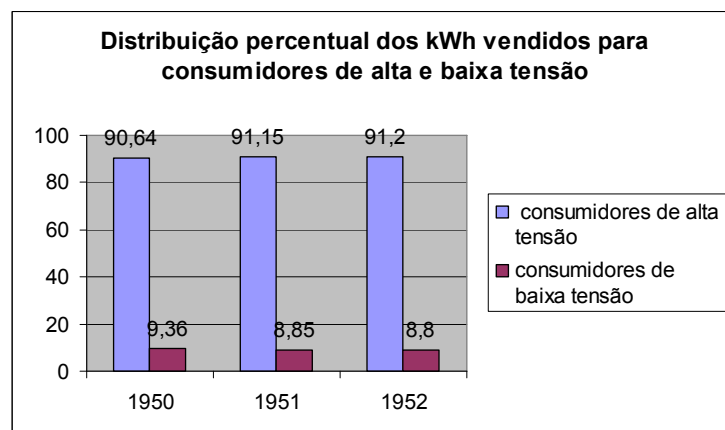
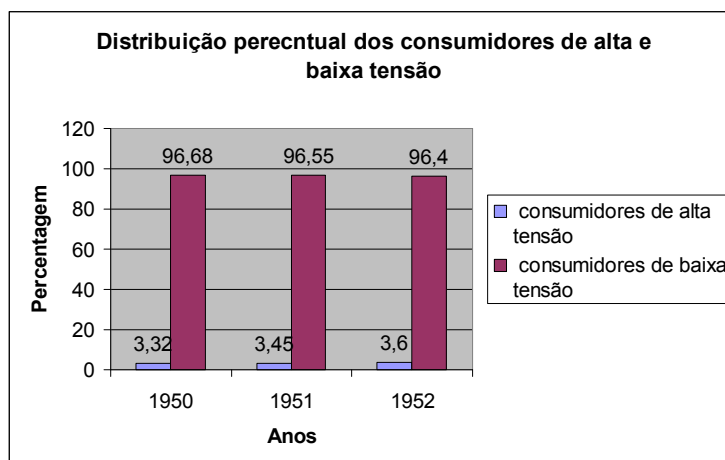
No ano 1950, enquanto os consumidores de alta tensão apresentam um aumento de 17,05%, os de baixa tensão aumentam somente 5,32% e ainda têm diminuição de 11,10% em seu consumo de kWh, provocando queda de 9,41% na renda obtida pela Light nesta faixa de consumidores. A divisão comercial deste ano credita a situação às cotas impostas pelo governo, as quais estariam restringido o crescimento dos consumidores residenciais ou de pequeno porte. Em 1951, o departamento elétrico reporta um aumento de somente 7,3% no total de consumidores devido ao baixo nível dos rios, implicando em uma restrição do aumento na geração de energia apesar do esforço da divisão e instalação de uma série de novos transformadores e capacitadores.<sup>14</sup> Ainda neste ano, os consumidores de alta tensão têm aumento de 13,66%, com aumento médio de 10,56% de energia utilizada por consumidor. Os consumidores de baixa tensão – apesar do aumento de 9,20% em seu número total – têm um acréscimo de somente 0,25% no consumo médio.

Em 1952, o relatório inicial do anuário ressalta a frustração pela expectativa de 11,2% de aumento na geração de energia, dos quais somente 4,55% foram conseguidos, creditando-se a causa novamente ao baixo nível dos rios que prejudicaram a produção. Neste mesmo ano, como pode ser visto nos números da Light desde 1949, também houve um aumento maior nos consumidores de alta tensão (crescimento de 12,55%), com incremento de 10,89% no gasto médio. Já os de baixa têm aumento de 7,90% e 6,82% em seu consumo e, apesar da aceleração, mantém-se a tendência de mudança de perfil dos consumidores, refletindo, claramente, a campanha de cotas estabelecida pelo governo para garantir a energia necessária para a expansão da indústria nacional. Para normalizar a situação e garantir o processo de industrialização pesada, o Estado vai desenvolver um amplo programa de investimentos nas atividades de geração e transmissão e a expansão do segmento estatal será marcada pela criação de grandes empresas estaduais e federais, culminando com a organização da Eletrobrás, em 1962.

---

<sup>13</sup> Dados baseados no capítulo *Private Lighting Statistics* presente nos anuários da São Paulo Light & Power Company Ltd., anos de 1950, 1951, 1952.

<sup>14</sup> Melhora na distribuição e estabilidade da energia fornecida para os consumidores com a construção de sub-estações e a instalação de transformadores e capacitadores.



A notória falta de atenção das autoridades com o setor elétrico, apesar de sua vital importância, é algo a ser considerado. Foi somente ao longo da legislatura de 1946-1951 que o setor de energia elétrica recebeu atenções mais detidas dos parlamentares, ressaltando que esta atenção foi dada durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída em agosto de 1948 com a finalidade de investigar as denúncias do general Juarez Távora contra a Light. As acusações referiam-se, sobretudo, ao descumprimento de normas legais por parte da empresa estrangeira. Embora a CPI tenha reconhecido a procedência das denúncias, elas não tiveram nenhuma consequência prática.

Algumas das mais frequentes reclamações do período em relação ao setor elétrico são acusações de péssimos serviços prestados, falta de planejamento e investimento por parte do setor privado, formação de cartéis ou trustes – monopolizando tanto produção como distribuição de energia a preços excessivamente altos para consumidor –, tudo sendo agravado, um pouco antes, pelas crises de fornecimento decorrentes da 2ª Guerra Mundial. Estas deram maior poder de barganha aos trustes internacionais, dificultando a ação e o controle estatal sobre o setor elétrico e mantendo praticamente intactos os

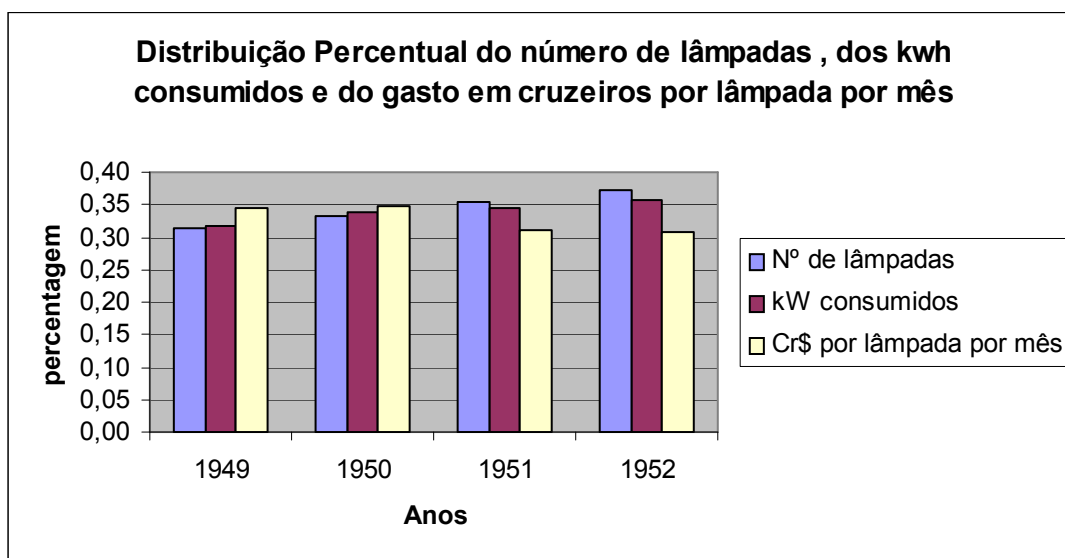


privilégios das empresas estrangeiras, apesar do grande esforço de gerenciamento estatal. Um bom exemplo disto é que, até o início dos anos 1950, as duas maiores empresas de exploração de energia elétrica no Brasil – Light e grupo Amforp – dominavam dois terços do suprimento dessa energia no país. A Light havia se tornado monopolista em um mercado em rápido desenvolvimento e esta foi a chave para seu poder e capacidade de atuação simultânea em outros serviços de utilidade pública. Ela sempre agia pela anexação ou eliminação dos concorrentes nacionais através das maiores facilidades de acesso ao grande capital financeiro e poderosas influências políticas e contou com o apoio de nomes proeminentes da sociedade brasileira, principalmente paulista. A empresa, além de explorar a produção e comercialização de energia elétrica, também implantava e operava o transporte urbano, serviços telegráficos e telefonia no território brasileiro visando compensar, através do maior número de atividades possíveis, a pouca renda obtida com o mercado nacional pouco desenvolvido na época.<sup>15</sup>

No âmbito do executivo poucas foram as iniciativas de maior significado empreendidas em prol do setor, destacando-se, entre elas, a constituição efetiva da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) em março de 1948 e, no plano administrativo, o grande impulso conferido às obras de Paulo Afonso. Cerca de 60% dos investimentos no subsetor de eletricidade concentraram-se no aporte de capital do governo federal à Chesf, que então construía Paulo Afonso, e a outras hidroelétricas. O restante destinava-se à prestação de auxílio a empresas, órgãos públicos e departamentos estaduais; à elaboração de um Plano Nacional de Eletrificação; à eletrificação rural; e à indústria pesada de equipamentos elétricos. A maior parte das iniciativas relacionadas com a exploração de energia elétrica seria financiada pelo capital privado, inclusive estrangeiro, reservando-se ao Estado um papel suplementar de amparo e estímulo às empresas concessionárias.

---

<sup>15</sup> MIROW, Kurt Rudolf, *Domínio de Mercado* in “A DITADURA DOS CARTEIS”, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1977. Ainda se referindo à ajuda das elites paulistas, cooptadas pela Light na defesa de interesses mútuos, o autor cita algumas das mais proeminentes famílias paulistas que desempenharam esta função. Dentre estas podemos destacar a família Campos (Carlos de Campos, Bernardino de Campos, Américo de Campos) e outros nomes como Antônio Prado, Ruy Barbosa, Carlos Augusto de Carvalho, José Oswald Nogueira de Andrade e Assis Chateaubriand.



	1949	1950	1951	1952	Total
Nº de lâmpadas	30861	32654	34661	36542	98176
kW consumidos	25214352	26897736	27582471	28490757	79694559
Cr\$ por lâmpada Por mês	61,32	61,93	55,41	55,09	178,66

A volta de Getúlio Vargas à presidência da República em janeiro de 1951 significou uma profunda revisão da orientação seguida pelo governo Dutra na área econômico-financeira. Ao contrário do seu antecessor, o governo Vargas conferiu à industrialização papel fundamental na promoção do desenvolvimento do país. O principal órgão responsável pela formulação da face nacionalista da política econômica governamental foi, sem dúvida, a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República. As diretrizes a serem seguidas pela Assessoria em relação à questão energética foram, de certo modo, anunciadas pela mensagem encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente Vargas, em março de 1951.

Ao analisar a situação específica do setor de energia elétrica, a mensagem enfatizava a intervenção do Estado nos problemas hidrelétricos e a importância do Código de Águas e do princípio da nacionalização progressiva das fontes hidráulicas. Embora reconhecendo a necessidade de regulamentar o Código, Getúlio lembrava que nem por isso o setor deixaria de crescer, tendo sido registrado entre 1934 e 1950 um incremento de potência instalada da ordem de 125%.

Um ponto fundamental presente na mensagem era o que defendia a maciça participação do Estado na produção de energia elétrica. Essa posição se baseava em considerações acerca do desempenho das grandes concessionárias estrangeiras que, embora obtendo lucros em suas atividades, não vinham respondendo a contento ao aumento da demanda, e das empresas privadas de menor porte e de capital nacional que, dispendo de bases financeiras reduzidas, não eram capazes de mobilizar recursos suficientes para realizar investimentos reconhecidamente elevados e de lenta maturação. Assim, a única forma possível de a oferta de energia preceder e impulsionar a demanda seria mediante a criação de empresas públicas, estaduais e federais.

Reforçando a argumentação em favor da alternativa estatal, a mensagem afirmava que o ingresso de capitais privados externos vinha-se revelando aquém das expectativas e que, nesse sentido, o mais aconselhável seria procurar a cooperação técnica e financeira internacional de caráter público. Por outro lado, o afluxo de capitais privados pressupunha a existência de condições propícias em setores básicos como energia e transporte, que deveriam ser asseguradas mediante investimentos do Estado.

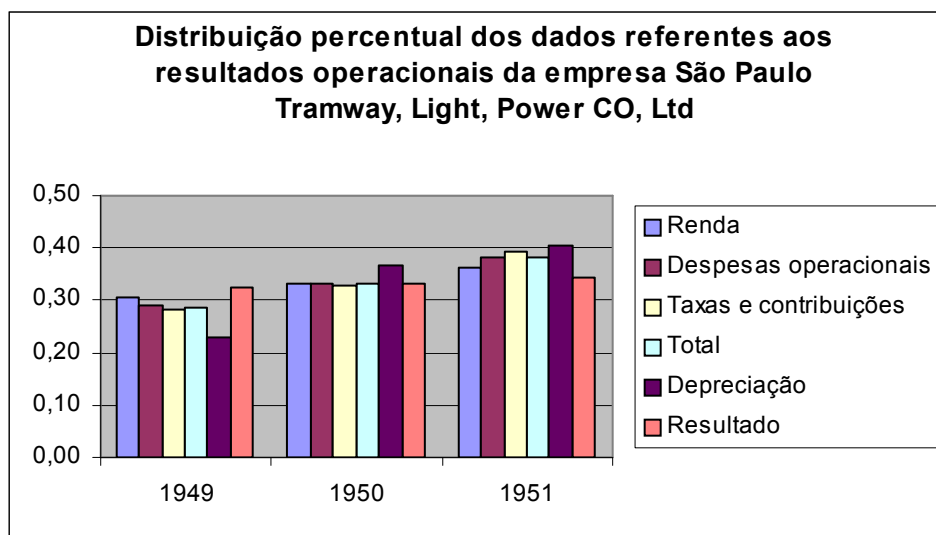
Todos os projetos na área de energia diziam respeito à energia elétrica. O descompasso entre o crescimento da demanda e o da oferta era explicado por quatro fatores: a crescente urbanização, acarretando um rápido incremento do consumo domiciliar e público de energia elétrica; o surgimento de ramos industriais que consumiam muita eletricidade; o rígido controle exercido pelo Estado sobre as tarifas, estimulando a demanda de energia elétrica, particularmente a domiciliar; e finalmente a tendência observada na economia brasileira de não mais empregar lenha e carvão importado como fonte de energia, privilegiando a participação da energia elétrica e petróleo.

O notável incremento no consumo industrial de energia elétrica aliado à igualmente acentuada elevação do consumo domiciliar e comercial acarretou sérias dificuldades para o grupo Light. Até 1946, a Rio Light e a São Paulo Light tiveram condições de responder ao aumento da demanda de eletricidade e mesmo estimulá-lo, devido à capacidade ociosa de suas usinas. Em 1938, por exemplo, a capacidade geradora disponível do sistema da São Paulo Light superou em 53% o pico da demanda; em 1942, esse percentual desceu para 33% e, em 1946, a carga máxima alcançou, pela primeira vez, o nível da capacidade instalada.

Ao longo dos anos seguintes, o aumento da oferta de energia elétrica dos dois sistemas revelou-se cada vez mais incapaz de atender à demanda. Na verdade, nos anos 1950, os recursos hidráulicos dentro das áreas de concessão da São Paulo Light, cuja capacidade instalada estava centrada em Cubatão, e os da Rio Light, cuja capacidade

estava centrada em Lajes, encontravam-se virtualmente esgotados. Esse quadro de crise era agravado nos períodos de estiagem mais severa, como as ocorridas em 1953, 1954 e 1955 que fizeram do racionamento uma constante. As restrições na oferta ocorriam, porém, em graus variados, inclusive nos anos em que a quantidade de chuvas era satisfatória, deixando claro que a capacidade instalada das usinas Light não era suficiente. Isso não quer dizer que a capacidade instalada dos sistemas de suas usinas tenha permanecido estagnada, mas sim que cresceu inferiormente à taxa de crescimento da economia, sobretudo à da indústria, extraordinariamente alta.

A tentativa de acompanhar a demanda em alta pode ser sentida no relatório de operações da Light, que mostra o crescente dos investimentos representados principalmente nas despesas operacionais e depreciação da rede.



Em Cr\$	1949	1950	1951
Renda	670837731,4	724768063,7	798933243,8
Despesas operacionais	200670826,6	230023732,2	264403878,9
Taxas e contribuições	51267441,2	59417327,8	71130261,6
Total	251938267,8	289441060	333334140,3
Depreciação	45157708,1	71683349	79811073,8
Resultado	363643654,7	373741755,5	383540032,1

No *General Manager's Report*<sup>16</sup> da Light é perceptível um crescimento estável da empresa de 1949 até 1951. Após este ano, há um salto na renda do ano de 1952 com aumento quase 50% superior em comparação ao acréscimo ocorrido na renda nos anos

<sup>16</sup> Dados retirados do *General Manager's Report* presente nos anuários da São Paulo Light & Power Company Ltd., anos de 1950, 1951, 1952.

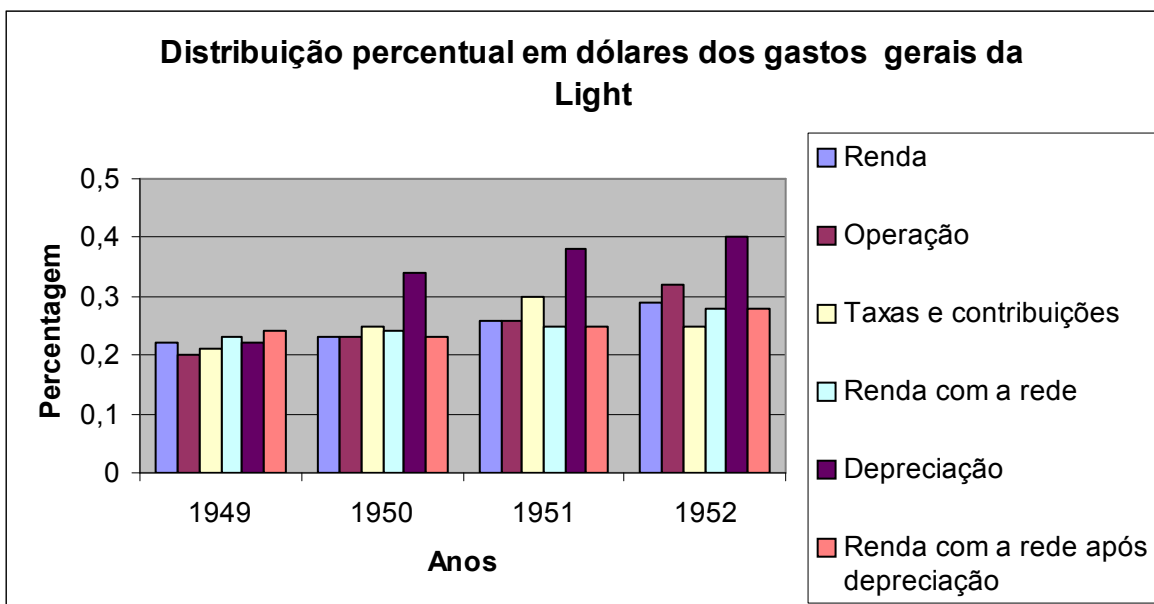
anteriores. Os gastos operacionais apresentam uma aceleração em 1949/1950, aparentando diminuição no ritmo de expansão no ano de 1951, voltando a acelerar em 1952. Mostrando uma tendência parecida com a renda, os gastos operacionais apresentam um contínuo aumento de aparente estabilidade até o ano de 1952 e de forma discrepante se comparado aos anos anteriores.

Na contramão deste quadro de crescentes aumentos, as taxas e contribuições feitas pela empresa e as depreciações ocorridas neste período têm constante aumento até 1951 e diminuição até 1952. No que se refere às taxas, a diminuição do montante a ser pago é devida possivelmente à isenção de impostos no âmbito municipal ou estadual, o que explica, em parte, a destacada preocupação presente nos três anuários quanto ao bom relacionamento da empresa com prefeituras, Rotary Club e outras associações – principalmente quando se trata das companhias aliadas ou divisões da empresa que atuam em cidades do interior. Contudo, as crises de fornecimento decorrentes da 2ª Guerra Mundial deram maior poder de barganha aos trustes internacionais, dificultando a ação e o controle estatal sobre o setor elétrico. Os privilégios das empresas estrangeiras se mantiveram praticamente intactos, apesar do maior gerenciamento estatal: até o início dos anos 1950, a Light e o grupo Amforp dominavam dois terços do suprimento de energia elétrica do país.

Alguns dos problemas apontados pela Light são comuns aos três anos analisados: a empresa acusa a falta de medidores para os novos consumidores residenciais que surgiram neste período de intensa urbanização, exigindo a importação de 50 mil aparelhos para suprir a falta de 22.800 medidores (1950) e suportar o aumento dos anos subseqüentes; a preocupação constante com o aumento do custo de vida, implicando em uma pressão por reajuste e aumentos salariais por parte dos sindicatos de funcionários; a situação dos reservatórios das hidrelétricas, que em 1950 estão 25% abaixo que o esperado para o ano e já em 1951 acusam níveis anormalmente baixos, causando problemas na geração e expansão de energia.

Contrabalanceando os problemas comuns aos três anuários, há pontos positivos sempre ressaltados: a constante preocupação pela eficiência e aumento da geração de energia, consumidores residenciais, industriais com grande consumo, treinamento e educação dos funcionários com cursos de línguas. Outro ponto extensamente mencionado é os melhoramentos feitos com a instalação de novas subestações de energia, transformadores e capacitadores para a rede, melhorando a estabilidade e diminuindo a perda de receita com energia desperdiçada e equipamentos queimados (em

1950, diminuiu-se pela metade o número de transformadores queimados).



Em dólares	1949	1950	1951	1952
Renda	39.948.382.57	43.108.254.22	47.295.782.93	53.746.735.22
Operações	13.238.417.95	15.021.440.41	16.888.403.93	20.983.283.79
Taxas e contribuições	2.948.784.32	3.405.878.40	4.114.570.68	3.411.732.22
Renda com a rede	23.761.160.30	24.679.935.41	26.292.808.32	29.251.719.21
Depreciação	2.504.919.26	3.928.613.84	4.375.838.71	4.525.125.03
Renda com a rede após depreciação	21.255.241.04	20.751.321.57	21.916.969.61	24.826.592.18

Outro possível destaque que temos na documentação<sup>17</sup> é a questão de corte de pessoal. Ora disfarçada pelo manto da eficiência, ora imposta pela contenção de despesas, a diminuição de pessoal é amplamente relatada, tendo algumas vezes até um tom de comemoração. Em 1950, temos uma diminuição de 203 para 195 empregados na divisão comercial, iniciando uma tendência de esforço pelo enxugamento do quadro de funcionários nos três anos analisados. Ainda neste ano ocorre a divisão do Supply Department em duas partes para aumentar sua eficiência. Apesar da divisão, não houve aumento de pessoal, ocorrendo, na verdade, a diminuição de 278 para 265 empregados.

<sup>17</sup> Anuário da São Paulo Light & Power Company Ltd., anos de 1950, 1951, 1952. Nesta parte foram utilizadas informações referentes ao Supply Department e o Personal Services Department, presentes nos três anuários.

Isto é explicado na documentação por uma terceirização no serviço de despachos, que foi seguida de transferência de pessoal deste departamento para a mesma empresa terceirizada, computando a redução de 40 pessoas somente nesta divisão.

De 1950 para 1951 há redução no quadro de funcionários de 7161 para 6946, no setor da empresa que serve a cidade de São Paulo. Mais uma vez, a eficiência e a contenção de despesas são apresentadas, mas é somada a estas causas a preocupação com as constantes pressões sindicais por aumento e reajustes salariais frente ao grande aumento do custo de vida, provocando uma seqüência de acordos salariais que, apesar de aumentarem o custo operacional, são compensados pelo crescente esforço em incrementar a eficiência e evitar gastos considerados desnecessários. Em 1952, os cortes continuam e acabam por vitimar o departamento de contas, que teve seu efetivo reduzido em um sétimo; o departamento de controle, que vai de 948 a 942 funcionários; e a divisão administrativa, que sofre redução de 889 a 878 pessoas. A terceirização da cobrança e recebimento de conta para os bancos aliada à mecanização de alguns serviços são apontados como os dois grandes fatores de corte de pessoal deste ano.

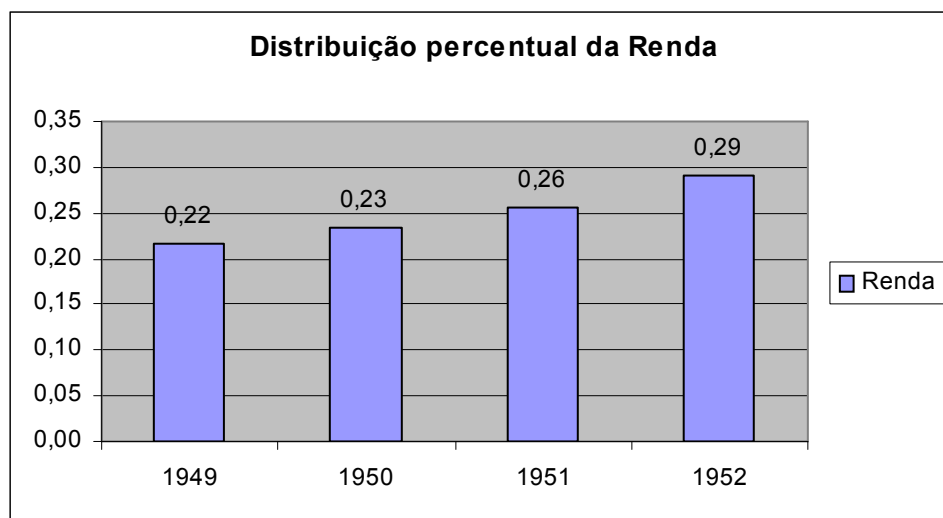
## **Conclusão**

No decorrer desta pesquisa, com essencial ajuda da bibliografia, nos foi possível contextualizar e compreender muitos dos dados e indícios deixados pela Light em seus anuários. Com base nestes, é possível afirmarmos que a falta de iniciativa estatal, aliada a um setor privado internacional e nacional pouco interessado em fazer investimentos de maior envergadura, configurou-se em uma verdadeira lacuna para o desenvolvimento do setor elétrico, obrigando o governo a forte intervenção e estabelecimento de medidas que garantissem a energia que a indústria necessitava, impondo racionamentos e cotas que prejudicaram, acima de tudo, o consumidor residencial e de pequeno porte. Este quadro foi devido em muito à falta de planejamento de longo prazo, inexistente no setor tanto no âmbito estatal como privado.

O pouco planejamento constatado na bibliografia e na documentação – principalmente quanto às décadas de 1940 e 1950 – foi insuficiente para o aumento da demanda causada pela instalação de novas indústrias de alto consumo e a expansão da iluminação urbana e do consumo residencial. O desequilíbrio entre demanda e fornecimento vai ser normalizado, possibilitando a efetiva ampliação do parque industrial, porém tarde demais para que o Brasil conseguisse aproveitar a janela de oportunidade

aberta com o fim da 2ª Guerra Mundial e com a qual os Estados Unidos se beneficiaram para se efetivarem como primeira potência incontestável do Ocidente durante o resto do século XX. O atraso em vencer as resistências internas e externas à industrialização acabou por ser decisivo para o desenvolvimento e posicionamento do Brasil na América Latina e no mundo, condenando-o a um segundo século de servidão aos interesses externos após a sua independência, servidão essa depois ampliada com o golpe militar e o incontestado alinhamento pró-estadunidense de nosso regime.

### Outros dados

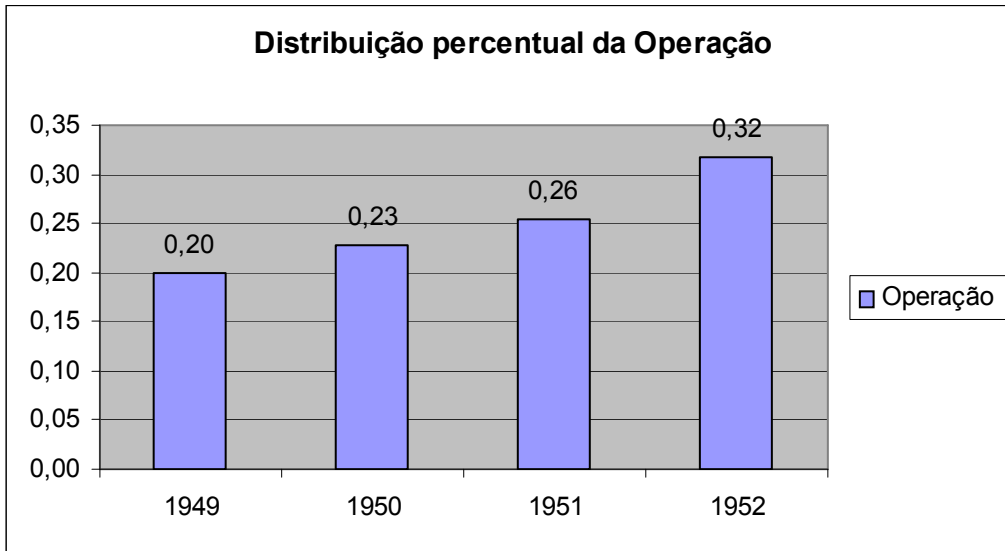



---

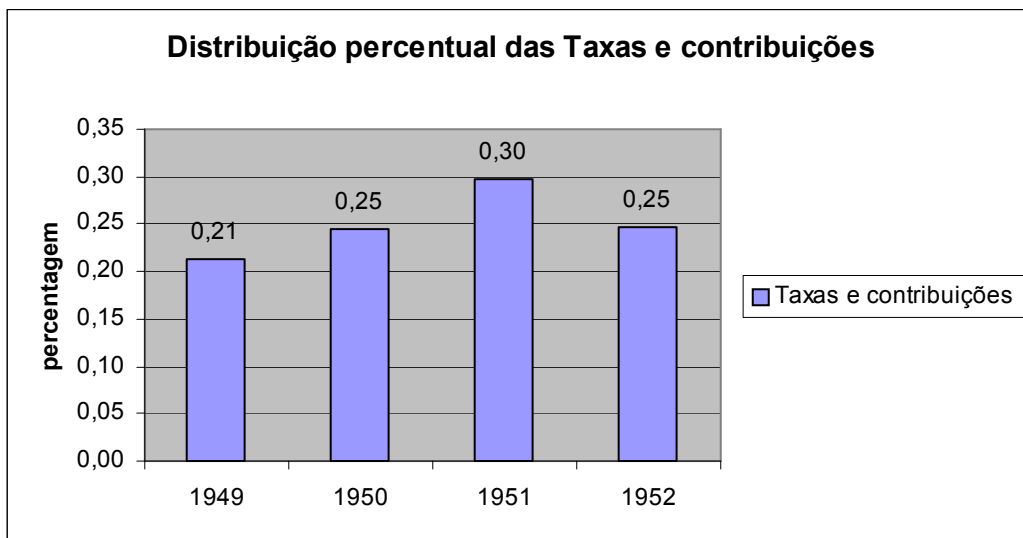
Em	1949	1950	1951	1952	total
dólares	39948382,57	43108254,22	47295782,93	53746735,22	184099154,9

---

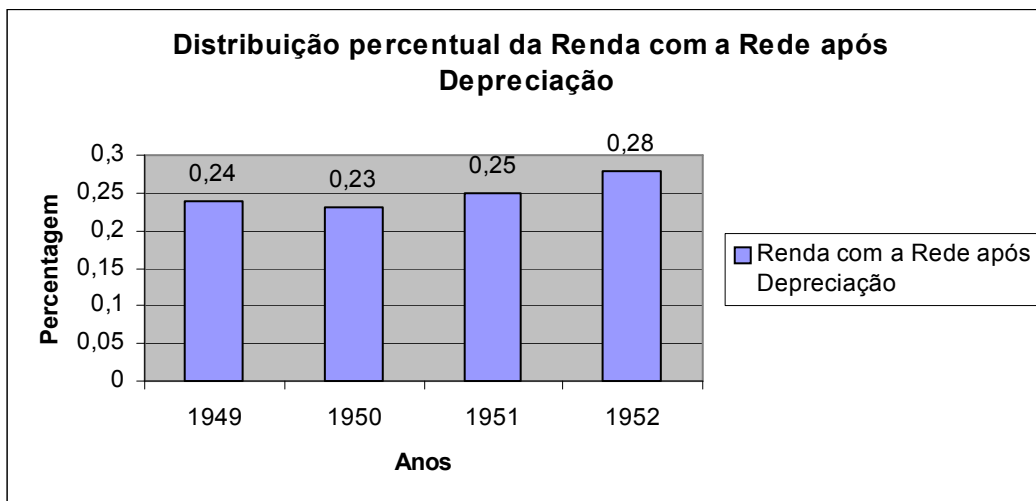




1949	1950	1951	1952	Total
Operação 13238417,95	15021440,41	16888403,93	20983283,79	66131546,08

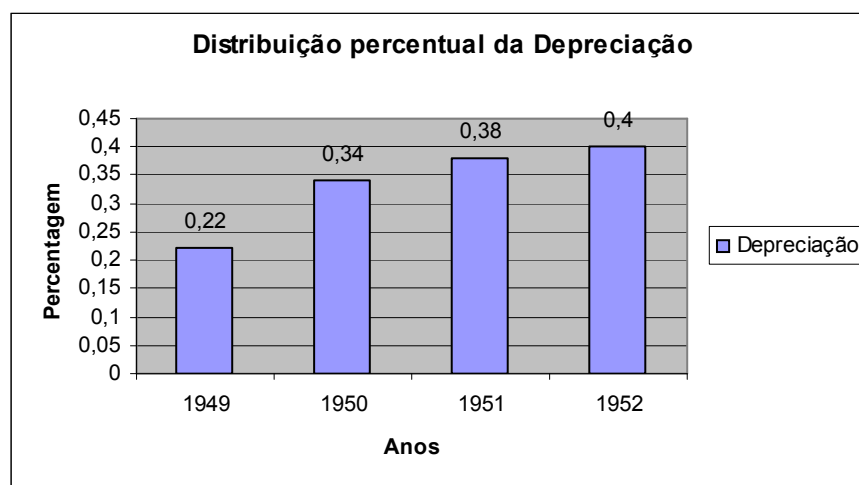


	1949	1950	1951	1952	TOTAL
Taxas e contribuições	2948784,32	3405878,4	4114570,68	3411732,22	13880965,62

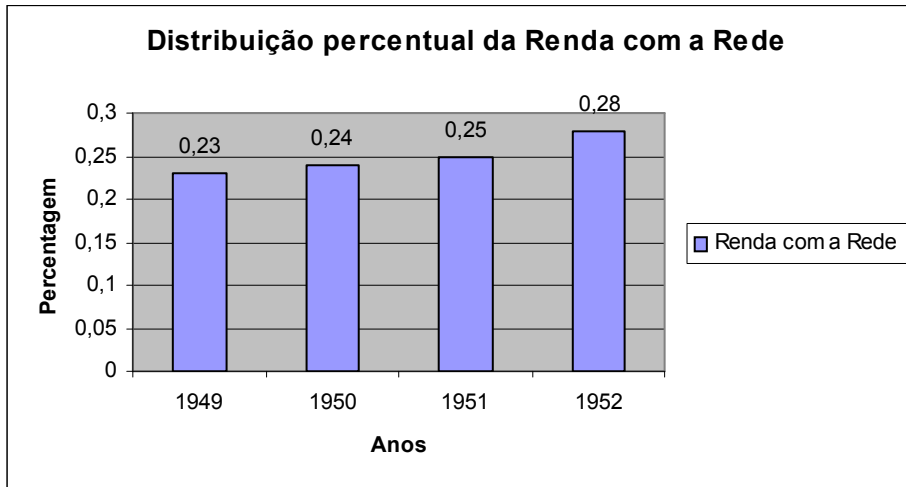


Anos	Renda com a Rede após Depreciação	Porcentagem
1949	21255241,04	24%
1950	20751321,57	23%
1951	21916969,61	25%
1952	24826592,18	28%
Total	88750124,40	100%

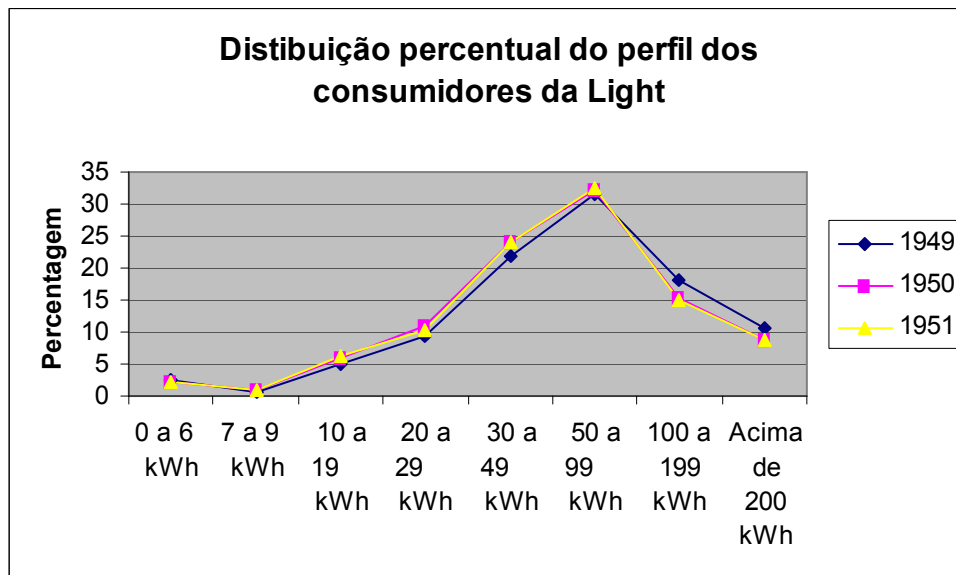
Em dólares



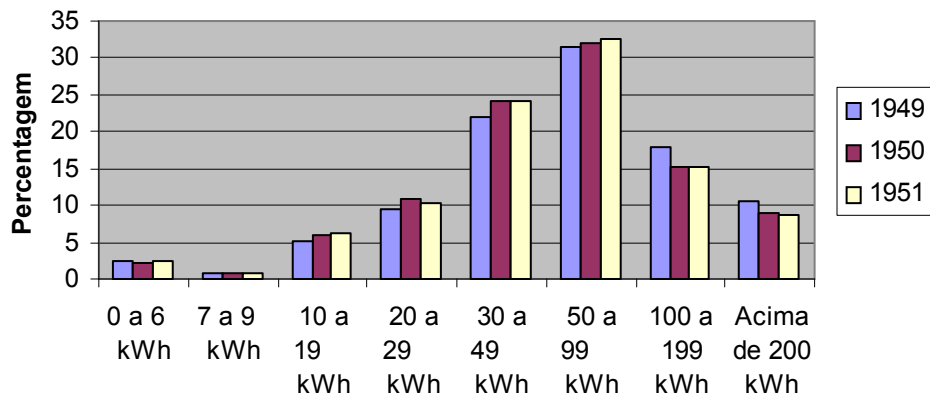
Anos	Depreciação	Porcentagem
1949	2504919,26	22%
1950	3928613,84	34%
1951	4375838,71	38%
1952	4525125,03	40%
Total	11396496,84	100%



Anos	Renda com a Rede	Percentagem
1949	23761160,3	23%
1950	24679935,41	24%
1951	26292808,32	25%
1952	29251719,21	28%
Total	103985623,2	100%

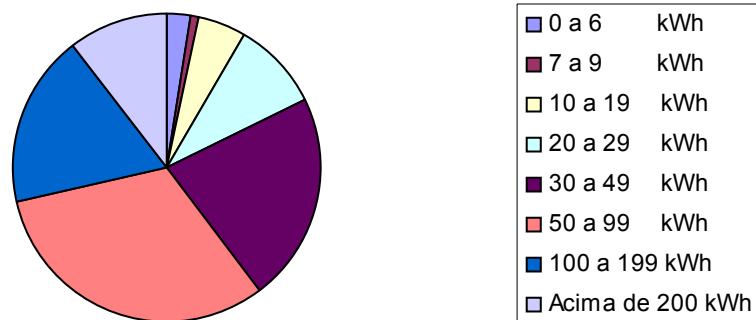


### Distribuição Percentual do perfil dos consumidores da Light

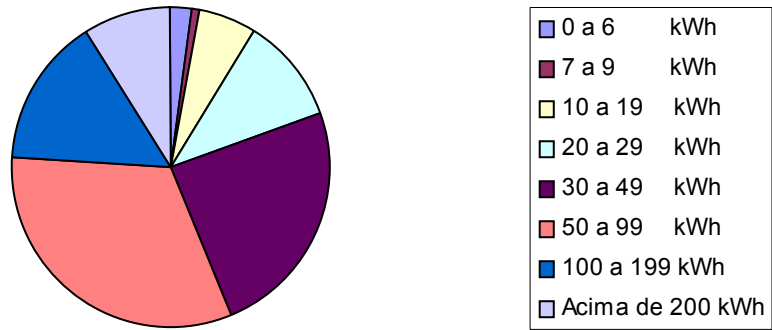


	1949	1950	1951
0 a 6 kWh	2,53	2,11	2,33
7 a 9 kWh	0,75	0,83	0,81
10 a 19 kWh	5,07	5,87	6,17
20 a 29 kWh	9,46	10,91	10,31
30 a 49 kWh	21,96	24,03	24,07
50 a 99 kWh	31,58	32,11	32,48
100 a 199 kWh	18,04	15,27	15,1
Acima de 200 kWh	10,61	8,87	8,75

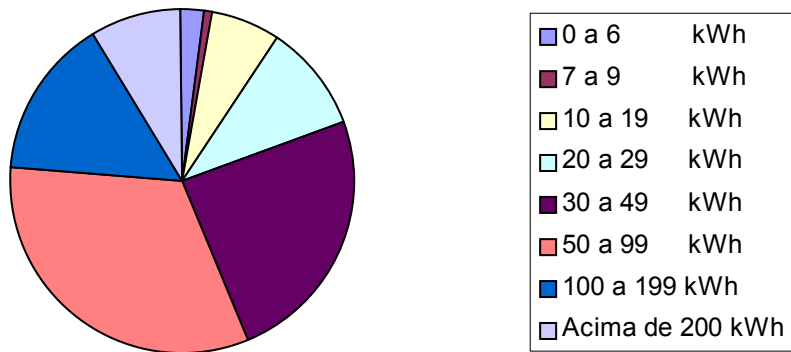
### Distribuição percentual do perfil dos consumidores da Light no ano de 1949



**Distribuição percentual do perfil dos consumidores da Light no ano de 1950**



**Distribuição Percentual do Perfil dos consumidores da Light no ano de 1951**



## **Bibliografia**

BIELSCHOWSKY, Ricardo - *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004. Ed 5.

CAMPOS, R. Lord Keynes e Keynes e a teoria de transferência de capitais. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, jun. 1950.

COMISSÃO ECONOMICA PARA A AMÉRICA LATINA – Cepal. *Economic survey of Latin America*. Nova Iorque: United Nations, 1949 a 1964.

CORREA, M.L. *O Setor da energia elétrica e a constituição do estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. 1934-1954*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2003.

FURTADO, Celso. – *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

GUDIN, E. – *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

MIROW, Kurt Rudolf, Domínio de Mercado in “*A DITADURA DOS CARTEIS*”, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1977.

Panorama do setor de energia elétrica no Brasil/ Centro da Memória da Eletricidade no Brasil; textos de Ligia Maria Martins Cabral, Paulo Brandi de Barros Cachapuz, Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; coordenação de Renato Feliciano Dias. – Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

## **Fonte documental**

*Anuário da São Paulo Light & Power Company Ltd.*, Anos de 1950, 1951, 1952.

Foram consultados o General Manager's Report, Supply Department e o Personal Services Department, com dados contidos e comuns a estes 3 anos, compreendendo um total de 90 paginas analisadas na somatória destes três setores nos anos analisados.